



Recebido em:
30/07/2017
Aprovado em:
30/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ESPAÇOS SOCIAIS: ÊNFASE NO AMBIENTE DA EDUCAÇÃO FORMAL

ANA CRISTINA SILVEIRA COSTA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

A problemática que gira em torno da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência abrange a ação da escola e as políticas públicas para a formação continuada do professor e a inclusão. A importância do tutor como profissional que apoia o aluno incluído e o professor titular. Os esforços da comunidade escolar para a inclusão e o trabalho multidisciplinar necessário à ação inclusiva. A relevância que precisa ser dada pelas agências de fomento à pesquisa, aos incentivos e investimentos para o desenvolvimento de tecnologias assistivas que viabilizem o processo de inclusão da pessoa com deficiência na educação regular de ensino. As mudanças sociais advindas da inclusão e o olhar voltado à diversidade e as possibilidades de se fomentar a alteridade social, fator que modificaria as situações de desigualdade. Um dos objetivos da educação inclusiva é que o aluno com deficiência seja sujeito no processo de aprendizado desenvolvendo uma atitude participativa. Inferir que as conquistas legais devem ser cumpridas para que a educação formal torne-se efetivamente o espaço inclusivo.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão, PcD, Educação

RESUMEN

La problemática que gira en torno a la inclusión social y educativa de la persona con discapacidad abarca la acción de la escuela y las políticas públicas para la formación continuada del profesor y la inclusión. La importancia del tutor como profesional que apoya al alumno incluido y al profesor titular. Los esfuerzos de la comunidad escolar para la inclusión y el trabajo multidisciplinario necesario para la acción inclusiva. La relevancia que las agencias de fomento a la investigación, los incentivos e inversiones para el desarrollo de tecnologías assistivas que permitan el proceso de inclusión de la persona con discapacidad en la educación regular de enseñanza. Los cambios sociales surgidos de la inclusión y la mirada volcada a la diversidad y las posibilidades de fomentar la alteridad social, factor que modificaría las situaciones de desigualdad. Uno de los objetivos de la educación inclusiva es que el alumno con discapacidad sea sujeto en el proceso de aprendizaje desarrollando una actitud participativa. Inferir para que las conquistas legales sean cumplidas para que la educación formal se convierta efectivamente en el espacio inclusivo.

PALABRAS CLAVES: Inclusión, PcD, Educación

1. Introdução

Este estudo tem com objetivo fazer uma abordagem sobre a inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD), os limites e possibilidades da inclusão nos espaços sociais, dando ênfase à esta problemática no ambiente da educação formal, com base nos aportes sobre diversidade, diferença e identidade. Assim como a formação do professor para: a

inclusão e agente de transformação social. A importância da formação continuada do professor titular e, do professor que atua como tutor do aluno com deficiência. A relevância das tecnologias assistivas como suporte para a inclusão e auxílio no desenvolvimento da PcD. A pesquisa bibliográfica conta com teóricos como Montoan, Aquino, Galvão Filho, Silva, entre outros que em seus artigos científicos elencam relatos de práticas e experiências inclusivas, de estudos tecnológicos para a criação de diferentes instrumentos que viabilizem a inclusão social, as chamadas tecnologias assistivas. Essas por sua vez, aproximem os sujeitos, em suas diversidades.

Uma vez que, relações sociais dentro de uma visão etnocêntrica implicam comportamentos padronizados e, os sujeitos que neles não se “enquadram” são classificados como “diferentes”.

O padrão dos tipos físicos, intelectuais e comportamentais, socialmente classificados e aceitos dentro dos modelos de normatização, mais presentes nas sociedades ocidentais e capitalistas, se impõem de forma excludente sobre as PcD.

A inclusão social engloba atuações no sentido de buscar a equidade para os diferentes grupos, independentemente de suas condições, nessa problemática está à inclusão da PcD. Assim sendo, os ambientes inclusivos possibilitam a inserção da PcD, no sentido que ampliam as suas relações sociais e as mudanças por elas desencadeadas. Nesse sentido,

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sócio-cultural, transformam-no e são transformados por ele. (SILVA 2014, p. 1).

A padronização é embrionária à discriminação social sofrida pela diferença em relação à identidade, quando se pretende sair da simplicidade da “tolerância e do respeito”, alcança-se a complexidade das relações sociais. A linha entre a alteridade, a tolerância e o respeito é bastante tênue e ao mesmo tempo complexa, no sentido que tolerar e respeitar não levam em consideração os aspectos de transformação e tratam as concepções culturais como estáticas. Entende-se assim que é preciso ir além tolerar e respeitar, para que se obtenha de fato um ambiente inclusivo. Portanto,

A perspectiva liberal ou humanista enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas ideias de **tolerância, respeito** e convivência harmoniosa entre as culturas. Da perspectiva mais crítica, entretanto, essas noções deixariam intactas as relações de poder que estão na base da produção da diferença. Apesar de seu impulso aparentemente generoso, a ideia de tolerância, por exemplo, implica também uma certa **superioridade** por parte de quem mostra “tolerância”. Por outro lado, a noção de “respeito” implica um certo essencialismo cultural, pelo qual as diferenças culturais são vistas como fixas, como já definitivamente estabelecidas, restando apenas “respeitá-las”. (SILVA, 2002, p. 88, grifo meu).

A alternativa a esse perspectiva é a de diversidade, que é incontestavelmente, uma característica universal dos seres, uma propriedade presente em tudo, todavia, há associações e agrupamentos feitos por características que se assemelham, e assim criam-se os diferentes grupos dos mais variados elementos. A riqueza da diversidade possibilita a multiplicidade das diferenças, nesse sentido, a questão a ser refletida e transformada é a de desigualdade que provém da diferença, é esse o ponto cerne a se “alcançar”: a igualdade na diferença.

2. A problemática que gira em torno da inclusão

Nos ambientes da educação formal os padrões sociais se reproduzem e nesse sentido, se faz necessário compreender a problemática que gira em torno da inclusão da PcD, a socialização dessas, a ação da escola e dos profissionais da educação. Com o intuito de fortalecer as relações entre teorias e práticas, teóricos vêm ao longo de

décadas abordando em seus estudos as possibilidades de se estabelecer a alteridade social, fator que modificaria as situações de desigualdade. Sendo que alguns apontam em seus estudos a inclusão como um aspecto social elementar para as relações humanas.

A educação inclusiva, no campo das políticas educacionais, assume um papel fundamental no debate acerca da sociedade contemporânea e da ação da escola na superação da lógica da exclusão. O movimento de inclusão educacional consiste numa ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de que todos os alunos possam participar e aprender juntos, sem qualquer tipo de discriminação. (SILVA 2014, p. 12).

A ação exclusivista na educação, ao contrário da inclusão, é prática da sociedade que não está “preparada” para a inclusão social como um todo. Essa é decorrente de séculos de supremacia de uma identidade sobre outra, séculos de negação da diversidade. Séculos de tentativas de *coisificar as atitudes e comportamentos*. Nesse sentido,

O homem não é um ser-substância de quem poderíamos descrever e coisificar as atitudes e comportamentos. Não é um ser estático e acabado, cujo comportamento teria o privilégio de assemelhar-se à sua essência, isto é, a uma definição de ser inscrito na “natureza humana”. Por que antes de constituir um ente como outro qualquer, o homem é um existente que se constrói constantemente por sua presença no mundo: é um ser histórico, em devir, que sempre se coloca em questão. (JAPIASSU, apud AQUINO 1998, p. 49).

As reflexões chegam à incontestável questão da diversidade no sentido de que os seres humanos são diferentes, especiais e necessitados de atenção, alguns indivíduos apresentam dificuldades menos limitantes, outros mais e outros são dotados de capacidades extraordinárias, tais aspectos estão presente de formas variadas na pessoa com deficiência. A diferença é uma característica que precisa ser problematizada, pois, o histórico das relações sociais não aponta para a inclusão, pelo contrário, a exclusão é uma prática frequente que se busca superar com políticas de inclusão que abordam aspectos como a discriminação, sendo que a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 no seu capítulo II trata,

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

A lei garante o direito de inclusão e traz à luz a abordagem da equidade de oportunidades e a não discriminação, faz com que a sociedade, legalmente, precise rever sua conduta em relação à inclusão e nessa perspectiva a escola é um dos ambientes de socialização e inclusão que precisa estar “pronto” para esse desafio.

3. A ação da escola e dos professores como agentes de inclusão

Os comportamentos padrões estão enraizados e tendem a sufocar as tentativas de mudanças e, a este respeito é preciso mais do que conscientizar, é preciso problematizar e trazer para o ambiente educacional regular estas discussões para que haja uma transformação de comportamento social preconizado pela educação que refletirá na inclusão educacional.

A inclusão escolar envolve uma mudança de atitude com relação ao ser humano, a quebra de paradigmas é inevitável, para se entender que não é mais um aluno que esta chegando à sala de aula, ou um indivíduo que convivemos todos os dias, mas sim, um ser que precisa ser amado e acima de tudo respeitado por seus pares e superiores (CORDEIRO,

2017, p. 15).

Em geral, a condição aceita e reconhecida pedagogicamente é a de que casos com “deficiência leves” podem ser incluídos no ambiente educacional regular, mais especificamente nas salas de aula, porém, com acompanhamento especializado voltado para as áreas médicas e assistenciais. De fato, uma equipe multidisciplinar é reconhecidamente importante, em casos de deficiência e principalmente nos casos severamente limitantes. Há que se levar em conta, as características condicionantes do sujeito, mas as possibilidades precisam ser potencializadas, no sentido, de ampliar o desenvolvimento global do indivíduo, a busca por esses profissionais é válida. Pois,

Dessa forma, é comum na contemporaneidade o encaminhamento de crianças para clínicas médicas a fim de sanar os supostos problemas de comportamento e/ou aprendizagem. Na busca pelo filho e aluno ideais, pais e professores procuram, nos saberes médico-neuropsiquiátricos, a solução para suas dificuldades. (CRUZ, 2016, p.704).

Em tal caso, a escola que se propõe à inclusão, busca envolver todos os que se relacionam nesse ambiente, pois é característica dos seres humanos influenciarem uns no comportamento dos outros, interagindo, se construindo e reconstruindo a partir das experiências vivenciadas, sendo um processo contínuo, isso é possível através de instituições e espaços sociais como a escola, sendo que, aquelas que se abrem à inclusão são:

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos e administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MONTAN, 1997, p. 145).

Quando se impõem limites para que a inclusão aconteça, se “mascara” o que poderá se caracterizar por integração, que é diferente e da inclusão que se idealiza. A problemática, não se pormenoriza a trazer responsabilidade às práticas educacionais e as políticas públicas voltadas a atendê-la. Mas sim, implica desde a organização dos espaços físicos aos espaços simbólicos que exigem transformações das relações sociais e práticas educacionais a possibilitarem que a PcD sinta-se incluído, mesmo que ela consiga identificar as características que a assemelha a determinado grupo ou, que a diferencia dele. Sendo assim,

Através das práticas educacionais, dos conhecimentos, destrezas e valores que, de uma maneira explícita ou oculta, são estimulados, as crianças vão se sentindo membros de uma comunidade. Pouco a pouco, tornam-se conscientes de uma série de peculiaridades que as identificam e dos laços que as unem como grupo de iguais. Por contraposição, descobrem que algumas das características físicas, idioma, costumes, modos de pensar das quais elas comungam, são diferentes das de outras pessoas e grupos humanos. (SILVA 1995, p. 168, grifo meu).

Entende-se que a ação docente como pertinente para o êxito da inclusão no ambiente escolar, e a ação não é desassociada da formação. Tornando, por uma questão legal que os cursos de formação atendam essa demanda, no sentido de que, a teoria é embasamento para a prática e, essa interdependência proporciona caminhos e possibilidades.

Se a relação teoria e prática nos faz olhar para os cursos de formação de professores e para eles lançar uma crítica aos cursos que formam docentes com a ausência da práxis inclusiva, pois,

Concordamos que há, sim, que se investir maciçamente na formação inicial e continuada do educador. Falamos de **política educacional pública que garanta ao educador o direito ético da formação de qualidade. Uma formação que considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação** (EFFEGEN; JESUS, 2012, p. 20

grifo meu).

O egresso do curso de formação que tem em sua política a educação inclusiva, na prática de sala de aula, terá mais segurança e competência para a docência inclusiva, do que aquele que não teve essa oportunidade. No entanto, a formação continuada é fundamental para que o professor seja agente de inclusão e sujeito fomentador das transformações social e educacionais oriundas da prática inclusiva.

Essa por sua vez, é uma ação que envolve os profissionais da educação, abrange a comunidade escolar, sendo, cada um dentro das suas competências e funções. A inclusão é multidisciplinar e implica na implantação de tecnologias assistivas adequadas para a prática, bem como a presença dos tutores como profissionais importantes no processo de inclusão.

4. A importância das tecnologias assistivas e dos tutores na inclusão da PcD

Para que se obtenha êxito no processo de inclusão, torna-se, imprescindível a formação do professor para a inclusão e o acompanhamento do tutor em casos específicos de comprometimento significativo da PcD, sendo que esse profissional (Freitas, 2013) define como o professor que atua juntamente com o professor titular na sala de aula dando o suporte necessário para os alunos com grandes comprometimentos, esse profissional, na maioria das vezes tem formação continuada com especialização na área de inclusão da PcD.

O tutor, auxilia o aluno e o professor na inserção de tecnologias assistivas, pois, elas são ferramentas e apresentam inúmeras possibilidades e variações, sendo que, definem-se por tecnologias assistivas todo o recurso que auxilie no processo de aprendizado e desenvolvimento do indivíduo. Sendo que sobre o tutor:

Muitos movimentos vêm ocorrendo, desde **a inserção de professores de Educação Especial nas escolas comuns, para apoio aos professores regentes**, até a abertura de salas de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado.

Cabe-nos entender como as escolas vêm lidando com as questões da inclusão escolar e, também, fomentar essas experiências nos processos de formação docente, possibilitando o acesso a reflexões teórico-práticas, que permitam uma leitura crítica da realidade e alicercem projetos que visem à transformação (EFFEGEN; JESUS, 2012, p. 19 grifo meu).

Um dos objetivos da educação inclusiva é que a PcD possa desenvolver-se e atingir seu maior nível de autonomia, para tanto, a elaboração e o uso das diferentes tecnologias que proporcionem essa condição tem um relevância significativa no processo de aprendizagem, na inclusão social e educacional desses alunos. Todos os recursos que venham contribuir para que a vida do aluno PcD tenha qualidade e seja aporte para sua inclusão deve ser disponibilizado. Muitos são relativamente simples e, de elaboração e adaptação dos próprios materiais pedagógicos, que vão desde, um suporte de apoio para lápis até as adaptações mais complexas como as de computadores com a utilização dos softwares educacionais.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, apud GALVÃO FILHO, 2009, p. 27).

Nesse aspecto a contribuição dos tutores, assim como as tecnologias assistivas são muito importantes para que a inclusão se viabilize. No entanto, é notório que não existe apoio para a elaboração e produção das tecnologias assistivas, sendo muitas delas criadas pela iniciativa privada ou com apoio filantrópico.

O fato de a Tecnologia Assistiva não ser classificada como uma “área do conhecimento” para efeito de apoio oficial via agências públicas de fomento à pesquisa, [...] constitui uma dificuldade adicional. “Quando os pesquisadores nas universidades brasileiras concorrem a

editais ou chamadas públicas têm muito poucas chances de concorrer em pé de igualdade com pesquisadores de outras áreas, pois em relação à área do conhecimento são classificados como 'outros'. Eles sentem na pele uma situação e de falta de apoio e até de isolamento" [...] (ITSb, apud GALVÃO FILHO, 2009, p.304).

A falta de apoio é uma limitação para a inclusão, às tecnologias assistivas são instrumentos de auxílio para as relações sociais da PcD. A comunicação é sem dúvida a ponte para que os indivíduos se relacionem, troquem experiências e interajam. Entre estas tecnologias está a comunicação alternativa, sendo que a técnica viabiliza a inclusão e aumenta as chances de autonomia da PcD que tenha de alguma maneira sua comunicação comprometida por situações específicas. Sendo um exemplo de tecnologia que converte a inclusão social e educacional.

A Comunicação Alternativa (CA) é uma das áreas mais importantes dentro do que conhecemos como Tecnologia Assistiva e aborda as ajudas técnicas para comunicação, seja de forma a complementar, suplementar ou com alternativas para que o processo comunicativo aconteça. Existem diversos sistemas de comunicação alternativos que apresentam um vasto repertório quanto aos elementos representativos, como fotografias, desenhos, e pictogramas. Os suportes para esses sistemas podem ser tanto de baixa tecnologia (material concreto) como de alta tecnologia (sistemas computacionais). A importância da CA justifica-se não pelo suporte midiático adotado, mas pelas estratégias e técnicas comunicativas que promovem autonomia dos sujeitos em situações de comunicação. (PASSERINO 2012, p.230).

A acessibilidade não se restringe apenas as construções que permitam a locomoção, são também instrumentos de acessibilidade as tecnologias assistivas para mediar a autonomia, sendo uma condição para a PcD, possibilitando que o aluno incluso saia da situação de passividade que muitas vezes é condicionada pelas próprias limitações e se torne ativo e participativo.

5. Considerações finais

A inclusão social e educacional das pessoas com deficiência é um caminho possível e vem acontecendo com os esforços de agentes transformadores de uma sociedade exclusivista e padronizadora, que historicamente segrega a diferença e a diversidade.

No entanto, há muito que ser feito, há que se investir em políticas públicas voltadas para a formação continuada do professor para a inclusão, assim como dos tutores que auxiliam os alunos e os professores titulares.

Investimentos e incentivos junto às agências de fomento de pesquisa para o desenvolvimento e implantação das tecnologias assistivas é necessário, essas viabilizem a inclusão e propiciando mais autonomia a PcD.

Um dos objetivos da educação inclusiva é que o aluno seja sujeito no processo de aprendizado e desenvolva atitudes participativas, tonando-se ativo no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Inferir que as conquistas legais devem ser cumpridas para que a educação formal torne-se efetivamente o espaço inclusivo e de socialização da diversidade.

Referências

AQUINO, Julio Groppa (Org.) **Diferença e preconceito a escola: alternativas teóricas e praticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001**. Disponível em: . Acesso em : 07 de julho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008**. Disponível em: Acesso em: 07 de julho de 2017.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: . Acesso em: 08 de julho de 2017.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Ciênc. educ. (Bauru) vol.23 no.1 Bauru jan./mar. 2017. Versão impressa ISSN 1516-7313versão On-line ISSN 1980-850X. Disponível in: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 29 de junho de 2017.

CECCHETTI, Elcio. A questão do outro na diversidade: reflexões sobre o diferente e as diferenças na cultura da escola. **Anais do II Seminário Nacional de Filosofia e Educação – Confluências**. Santa Maria, 2006. Disponível in: coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/e3.htm. Acesso em 29 de junho de 2017.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **Revista Educação Especial, v. 28, n. 52**, maio/ago. 2015. Formação de professores e sua relação com a educação inclusiva: desafios à experiência teórica na práxis pedagógica. Disponível in: Acesso em 12 de junho de 2017.

CRUZ, Murilo Galvão Amancio; OKAMOTO Mary Yoko, FERRAZZA Daniele de Andrade. **O caso de transtorno de déficit de atenção (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise de relatos de pais e professores**. Interface (Botucatu). 2016; 20 (58): 703-14. In: Acesso em: 27 de junho 2017.

EFFEGEN. Ariadna Pereira Siqueira; JESUS, Denise Meyrelles de. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador EDUFBA, 491 p. 2012. Disponível in: Acesso em: 12 de julho de 2017.

FREITAS. Adriana de Oliveira. Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de Ensino Colaborativo em Goiás. Catalão, 123 p. 2013. **BDTD. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**. Disponível in: Acesso em: 12 de julho de 2017.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva:Apropriação, Demandas e Perspectivas**. Salvador, 2009. Disponível in: Acesso em: 06 de junho de 2017.

MONTOAN, Maria Teresa Égler. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon/SENAC, 1997.

PASSERINO. L. M. Comunicação alternativa, autismo e tecnologia Estudos de caso a partir do Scala. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador EDUFBA, 491 p. 2012. Disponível in: Acesso em: 12 de julho de 2017.

ROHDE. Luis Augusto; Genário BARBOSA, Silzá Tramontina e Guilherme POLANCZYK. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Revista Brasileira de Psiquiatria Rev. Bras. Psiquiatr. vol.22 s.2** São Paulo Dec. 2000.Print version ISSN 1516-4446On-line version ISSN 1809-452X. Disponível in: Acesso em: 27 de junho de 2017.

SILVA, Adarita Souza: **Os saberes docentes para a prática pedagógica de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular**. CDU: 371.13 (118 f.) Feira de Santana, 2014. Disponível in: Acesso em: 28 de junho de 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis. Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Diferença e identidade: o currículo multiculturalista. **In: Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica. 2002.

Ana Cristina Silveira Costa, discente do curso de Letras pela Universidade federal do Amazonas, graduada em Normal Superior e Pedagogia pela Faculdade Anglo Americano-FAAFI, especialista pela Universidade do Norte do Paraná-Unopar. E-mail: aanacrs@outlook.com.